

UMA BOMBA CONTRA A DEMOCRACIA

Daniel Hertz¹

Atualmente as concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão são distribuídas com a decisão pessoal e arbitrária do Presidente da República e do Ministro das Comunicações. Durante o regime militar, prosseguindo no governo Sarney, esse poder arbitrário gerou gigantesca máquina de poder que será fortalecida com a nova Constituição. Tratando-se de uma bomba, pronta para explodir qualquer projeto verdadeiramente democrático para o Brasil.

As outorgas de concessão e permissões para emissoras de rádio e televisão, até a promulgação da nova Constituição, estão sujeitas ao arbítrio pessoal do Presidente da República (com poderes absolutos sobre concessões de rádio AM, Ondas Curtas, Ondas Tropicais e de Televisão) e do Ministro das Comunicações (que através de meras portarias outorga permissões de emissoras FM).

Durante o regime militar e durante o governo Sarney, milhares de concessões e permissões foram distribuídas beneficiando grandes empresas de comunicação, favorecendo os apadrinhamentos dos governantes com critérios clientelistas ou pura e simples corrupção. O uso das concessões e permissões como moeda de barganha política foi a tônica de milhares de outorgas distribuídas no período.

No governo do general Figueiredo foram outorgadas, em menos de 6 anos de mandato 634 outorgas de emissoras. Em todo o mandato, o número ultrapassou a casa das 700 outorgas, cifra considerada muito elevada. No governo Sarney a situação piorou ainda mais. Em menos de três anos e meio de mandato – de janeiro de 1985, até o final de julho de 1988 – foram outorgadas 677 concessões e permissões de emissoras. E em fevereiro de 1988 já estavam ocupadas 2.710 (mais de 30%) das 3.872 emissoras de rádio OM e FM e de TV, tecnicamente viáveis no Brasil (ver tabela 1). E consideradas as concessões e permissões outorgadas até o final de julho, é possível estimar que restam menos de 24% das frequências e canais tecnicamente viáveis no país.

Nos últimos meses, a fúria com que o presidente Sarney passou a disputar os cinco anos de mandato acentuou ainda mais o número de outorgas, na proporção em que aumentava seu valor como moeda de barganha política na compra de votos na Constituinte. Em 1985, registrou-se uma média mensal de 10,6 outorgas. Em 1988, até julho, essa média subiu para 26,8 outorgas por mês. No mês de dezembro, de 1987, por exemplo, chegaram a ser outorgadas 46 concessões e permissões (ver tabela 2). Se essa média for mantida, com o mandato de cinco anos, o governo Sarney esgotará todas as frequências e canais tecnicamente viáveis no país.

Entre os beneficiados por concessões podemos encontrar a deputada Rita Furtado (PFL-RO), esposa do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Rômulo Villar Furtado (que está há 14 anos no mesmo cargo); parentes do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que são donos da TV Bahia (genro, filho e cunhado); e parentes do próprio presidente Sarney, que são sócios da Rádio e TV mirante, de São Luiz (genro e filhos).

Entre as 677 outorgas distribuídas pelo governo Sarney está a da TV Cabugi (em Natal, RN), que premiou o atual governador Geraldo Melo em sociedade com o atual ministro da Administração, Aluizio Alves. As denúncias também apontam para o filho

¹ Esta entrevista foi realizada no jornal Folha do Trabalhador, jornal do Partido dos Trabalhadores/RS. Ano 1, nº. 11, pg. 11, agosto de 1988.

do senador Édson Lobão (PFL-MA) – autor da emenda dos cinco anos para Sarney – além do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, entre outros. São apenas exemplos que poderiam ser muito ampliados: 75 constituintes admitiram a propriedade, participação acionária ou vinculação com emissoras. Mas estima-se que esse número possa ser superior a 200 constituintes.

Radiodifusão, o maior problema.

O problema mais sério na área da comunicação, sem dúvida, é a situação do rádio e da televisão. São os veículos economicamente mais importantes (absorvem cerca de 2/3 da totalidade das verbas publicitárias investidas no país). São os veículos política e culturalmente mais expressivos (os que têm maior abrangência geográfica e penetração popular). E, finalmente, são os veículos que hoje tem – com base na legislação vigente – um caráter de serviço público, ainda que atualmente esteja entregue indevidamente à exploração privada comercial.

A situação é gravíssima. Na atual conjuntura os setores conservadores estão diluídos em siglas partidárias distintas e setores políticos com relativa diversificação. Apesar disso, as votações da duração do mandato Sarney e da questão da terra, o fechamento dos acordos internacionais da dívida externa e outros movimentos estratégicos do atual governo começam a apontar noutra direção. O governo Sarney tem se empenhado na arregimentação de uma base, não só para sua própria sustentação, mas também para um pacto em torno dos novos rumos da transição conservadora. A certeza que existe é que, no momento em que os interesses de classe estiverem realmente em jogo, os sistemas de radiodifusão surge como uma infra-estrutura pronta para reproduzir em escala de milhões, uma política de defesa de interesses conservadores, indo, se preciso, até a sedição contra a democracia. Ou pelo menos contra a democracia que interessa às massas populares. Basta que se prenuncie algum avanço significativo na luta democrática ou alguma conquista real dos interesses populares para que esse sistema de radiodifusão – controlado predominantemente pelos setores integrantes ou politicamente próximos da antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional) – mostre todas as suas possibilidades de utilização conservadora.

Qualquer questão contraditória pode futuramente detonar essa bomba: reforma agrária, enfrentamento do FMI, uma nova política econômica que faça concessões aos interesses populares, etc. Qualquer Presidente da República que não seja da direita conservadora – ou que não faça concessões essenciais à sua política – terá sérias dificuldades para se sustentar diante desses sistemas dominantes de comunicação.

Persuasão sofisticada e militância ostensiva

No momento, aparentemente, não há orquestração política conspiratória, como aconteceu em 64, aliás, quando a monopolização dos meios era muito menos intensa. Mas a atual potencialidade de manipulação desses sistemas é assustadora. Esses sistemas de comunicação de massa são a garantia do atraso, do sentido restritivo e objetivamente antipopular do regime que surgiu do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves e que preparou as bases da transição conservadora. Não há governo efetivamente democrático que se sustente sem enfrentar essa estrutura de poder e promover uma reorganização democrática dos sistemas de comunicação de massas. O governo Allende, no Chile, pagou caro por subestimar a capacidade deste tipo de articulação dos setores conservadores.

O sofisticado uso ideológico da televisão (para nos fixarmos num exemplo) através das novelas, dos programas humorísticos, da publicidade comercial – e que constituem o caldo de cultura dos valores das classes dominantes – em momentos

críticos é substituídos pela militância política ostensiva. Os exemplos podem ser coletados em diversos momentos aqui mesmo no Brasil: a legitimação da sucessão de Figueiredo através do Colégio Eleitoral (após a derrota planejada das “Diretas-Já”), a mobilização popular durante o plano Cruzado, a Rede Globo construindo a imagem pública de “presidenciável” do ex-malufista Fernando Collor de Mello, a grosseira manipulação da Rede SBT para promover Sílvio Santos candidato à prefeitura de São Paulo, os editoriais da grande imprensa cobrando o voto da Constituinte em determinados temas. No governo Sarney, o maior exemplo é, sem dúvida, a atuação cotidiana da Rede Globo que sempre traduziu claramente os interesses imediatos do Palácio do Planalto.

A luta pela democratização

Essa análise orientou a definição das duas propostas fundamentais que, entre outras, foram defendidas pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) através de Emenda Popular apresentada à Constituinte:

a) Proposta de redução drástica no limite de controle de concessões e permissões: cada beneficiário poderá deter apenas outorga, sendo esta a única forma de se garantir a pluralidade da comunicação, na execução deste serviço de natureza pública. A essa proposta agrega-se uma disposição determinando que as entidades que detiverem mais de uma concessão ou permissão deverão optar por uma delas, para que as demais sejam redistribuídas. Qualquer concentração do controle de concessões e permissões, por menor que seja, é essencialmente antipopularista e antidemocrática.

Essa é a proposta de maior alcance e a que mais intensamente promove a democratização do atual sistema de comunicação. É a medida mais contundente na busca de afirmação da natureza pública dos serviços de radiodifusão e do interesse popular na pluralidade de fontes. Essa proposta sintetiza um amplo projeto de modernização democrática da produção e do controle das emissoras de rádio e televisão, com um conceito de operação em rede distinto do atual que se baseia na concentração da produção e da propriedade.

b) Proposta de democratização das decisões na área de radiodifusão através da instituição de um Conselho Nacional de Comunicação integrado por cidadãos indicados por entidades representativas da sociedade civil que seriam nomeadas pelo Congresso Nacional. A esse Conselho seria atribuída, entre outras, a competência para outorga das concessões e permissões de emissoras de rádios e televisão.

Essa proposta da Federação Nacional de Jornalistas, que chegou a ser subscrita conjuntamente pela CUT e CGT, no essencial foi desconsiderada pela Constituinte. E, por isso tudo, pode-se afirmar que a derrota na Constituinte foi fragorosa. E foi uma derrota que, além de ser política, foi também ideológica, porque essas questões, ao que parece, não estão sendo percebidas e muito menos enfrentadas, tanto no âmbito dos profissionais da comunicação como, e principalmente, no movimento dos demais trabalhadores e setores democráticos. O próximo *round* ocorrerá na elaboração da legislação complementar e ordinária, em que há uma margem real de disputa. Por isso, não há tempo a perder, na mobilização popular em torno dessas questões. Sem democratização da comunicação, não haverá democracia neste país.

Daniel Hertz

Jornalista, professor universitário e pesquisador, autor do livro “A História Secreta da Rede Globo”.

Tabela 1

PLANOS DE DISTRIBUIÇÃO DE CANAIS E FREQUÊNCIAS
NÚMERO E ÍNDICES DE OCUPAÇÃO E DISPONIBILIDADE

	Total do Plano	Ocupação Até 09.2.88	% do Total	Dispon. Até 09.2.88	% do Total
FM	1611	984	61,08	627	38,91
OM	1922	1508	78,45	414	21,54
TV	319	218	68,33	101	31,66
Total	3852	2710	70,35	1142	29,64

Fonte: Ministério das Comunicações

Tabela 2

CONCESSÕES E PERMISSÕES OUTORGADAS
PERÍODO 85/88 (Governo Sarney)

	1985	1985 Média mensal	1986	1986 Média mensal	1987	1987 Média mensal	1988 Até 07/88	1988 Média mensal	1987 OUT	1987 NOV	1987 DEZ	1988 JAN	1988 FEV	1988 MAR	1988 ABR	1988 MAI	1988 JUN	1988 JUL
FM	66	5,50	91	7,58	143	11,91	97	13,8	5	19	29	15	12	11	13	5	29	12
OM	47	3,91	50	4,16	53	4,41	78	11,1	0	7	14	17	1	10	14	8	12	16
TV	14	1,18	13	1,08	12	1,00	13	1,8	0	0	2	3	1	1	0	1	3	4
Total	127	10,67	154	12,82	208	17,32	188	26,8	5	26	46	35	14	22	27	14	44	32

Fonte: Ministério das Comunicações e Diário Oficial da União